

## EDITORIAL

O papel da Educação na transformação das sociedades tem sido muito estudado, discutido e questionado, determinando, a partir de posições paradigmáticas diversas, entendimentos não apenas diferentes, mas, por vezes, contrários a respeito.

Tal definição da função educativa é uma preocupação permanente do homem, se não por outras razões, até mesmo pela necessidade que tem de refletir sobre a própria trajetória terrena, enquanto educador e educando, condições que a existência lhe delega e impõe.

Exemplifica a afirmação a ocorrência de debates internacionais como o ocorrido na década de 70, entre representantes de todo o mundo, em um programa desenvolvido durante cinco anos e relatado em publicação da UNESCO (1981) intitulada "Finalités de l'education: études et enquêtes d'éducation comparée". Na mesma direção, registra-se, nos dias atuais, em nosso país, a 18ª Reunião Anual da ANPEd - Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação - realizada em Caxambu (MG), no período de 17 a 21 de setembro de 1995, cujo tema central - Poder, Política e Educação - foi aceito unanimemente pelos anpedianos.

A ANPEd contemplou, nas sessões especiais e mesas redondas, a apresentação e discussão de questões emergentes sobre políticas sociais e Educação no Brasil, perspectivas dessas políticas para os anos 90, o multiculturalismo e a Universidade, a materialidade da formação humana nas considerações sobre o ensino fundamental e as novas tendências, interfaces e embates entre a Filosofia, a História e a Sociologia da Educação.

Em um e outro exemplos citados, retoma-se, guardadas as devidas peculiaridades, a preocupação com os rumos da Educação e a respeito de seu poder na construção de um mundo melhor para as futuras gerações.

Definir as finalidades da Educação e situá-la no momento histórico de uma sociedade, é uma tarefa de grande importância, especialmente nos países em desenvolvimento. Tratar seriamente essas questões significa tratar da própria sobrevivência cultural e política.

Por um lado, há que se reagir à modernização sugerida por modelos educacionais externos que se expandiram adquirindo foro de verdade. Trata-se da denominada ocidentalização ou europeização da cultura, bastante denunciada nos dias atuais pelos países em desenvolvimento. Considere-se, a propósito, que tais modelos voltam a ser questionados nos próprios países desenvolvidos. Os anseios por uma nova sociedade adquirem feições novas diante de transformações geo-políticas ocorridas, além das mudanças tecnológicas e científicas emergentes. Enfim, advoga-se a historicidade dos fins educacionais para que o específico de uma sociedade, seus valores, sua identidade cultural, seus mecanismos de superação dos desafios sociais e de buscas de equilíbrio sejam perseguidos e estimulados pelas agências educativas.

Sob outro enfoque, o fortalecimento nacional, a sobrevivência cultural e política não justificam o caráter exclusivo e particular das finalidades educativas de uma sociedade. O atendimento à historicidade dos fins educativos não deve significar, necessariamente, a negação da universalidade desses fins, seja no sentido de sua universalização, facilitada pela globalização da cultura, seja pelo reconhecimento da unidade da condição humana ou da crença de que o homem é essencialmente o mesmo, em qualquer sociedade. Esta crença implica considerações ético-finalísticas para todo e qualquer projeto educacional no sentido de possibilitar ao homem a auto superação em seu desenvolvimento, com vistas a alvos a serem atingidos, a estágios evolutivos cognitivos e morais de maior adequação que lhe facultem critérios de justiça e cooperação na vida com os outros homens, circunstanciada no tempo e no espaço.

Regina Célia de Santis Feltran